

Servidores voltam a negociar com Planejamento

Em destaque, o prazo de 30.07 para assinatura do termo de opção do PCC

Na terça e quarta-feiras, dias 18 e 19.07, a Condsef, representando o Sindsep-DF e demais sindicatos de todo o país, se reuniu com o Planejamento para apresentar questionamentos e propostas de alteração nas MPs que tratam da remuneração do funcionalismo. O tema foi amplamente discutido - veja as questões principais abaixo e conheça o relatório completo no sítio do Sindsep na internet.

O ponto mais urgente é o prazo de 30 de julho para os servidores optarem por continuar no Plano de Classificação de Cargos. De acordo com a atual redação da MP 304, quem não fizer a opção, será automática-

mente enquadrado no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

A categoria quer ter compreensão perfeita do conteúdo da MP e também segurança de que a transferência para o PGPE não vai prejudicar a contagem de tempo para aposentadoria.

Revisão do prazo

Sérgio Mendonça, da SRH, concordou que o prazo fixado foi muito curto e declarou que poderá apoiar sua ampliação. Há, no entanto, um problema legal, pois o governo deixou a edição das MPs para o último minuto e agora não pode mais reeditá-las, por causa da legislação eleitoral. A solução será aprovar

uma emenda no Congresso. A SRH se comprometeu a enviar ofício à Condsef ainda nesta semana, formalizando seu apoio à ampliação do prazo, que se concretizará na aprovação de emenda à MP. Paralelamente, o sindicato estuda a possibilidade de ingressar com “ação de protesto” contra esse prazo.

Aposentadoria pelo PGPE

Por outro lado, na avaliação dos advogados que participaram do Encontro Jurídico promovido pela Condsef, dia 12.07, a migração para o PGPE não oferece riscos para a contagem de tempo para a aposentadoria (exigência de mais 15 anos na carreira). Isso porque, a

MP 304 não trata da criação de uma “nova carreira” e nem de provimento de “novo cargo”.

Também foi discutida a implantação de carreiras na Agricultura, Fazenda, MDIC, Cultura, Funai (Plano de Carreira Indigenista), Planejamento e Educação, além da constituição do GT do INCRA, em reunião separada. A SRH informou que somente depois de passadas as elei-

ções é que existe alguma chance de apresentação ao Congresso de projetos que geram impacto no orçamento de 2007. Os servidores insistiram que, em qualquer caso, os planos podem, perfeitamente, serem discutidos de imediato para apresentação de Projetos de Lei a partir do início de novembro.

Uma nova reunião ficou agendada para o dia 2 de agosto.

Compensação dos dias de greve

A SRH declarou ser favorável e vai encaminhar proposta de edição de um Decreto (que tem que passar pelo ministro do Planejamento e ser assinado pelo Presidente da República) que permita a reposição do trabalho dos dias de greve suspendendo de uma vez a ameaça de corte de ponto.

Itens discutidos em reunião com a SRH

Diferenças salariais resultantes das reestruturações propostas – Caso da MP 304, artigo 78, que determina que a diferença decorrente de redução remuneratória será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). O problema é que, pela redação atual, os reajustes salariais futuros irão “engolir” essa VPNI, até ela deixar de existir. A SRH irá analisar o assunto.

Jornada de trabalho (MPs 301 e 304) – No que se refere ao disposto nos artigos 143 (MP 301) e 71 (MP 304), que torna o vencimento básico proporcional à jornada de trabalho, o que prejudica os profissionais que, por força de leis específicas, possuem jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, a SRH se manifestará posteriormente.

Enquadramento dos aposentados e pensionistas (MP 304) – A SRH reconhece o equívoco da redação do artigo 69, da MP 304, que considera, para efeito de cálculo dos proventos, o posicionamento do servidor aposentado ou pensionista na data da aposentadoria; quando deveria considerar a posição em que o inativo se encontrava no mês anterior à publicação da MP. Porém, antes de dar uma posição final sobre o assunto, a SRH fará uma análise da questão.

Plano Especial de Cargos do Ibama – Questionada sobre a manutenção da carreira anteriormente instituída para os servidores do Ibama e MMA, a qual está em análise no Supremo Tribunal Federal, a SRH ficou de responder em outra ocasião.

Opção e a renúncia “genérica” para o ingresso nas carreiras reestruturadas – No que se refere à renúncia de direitos obtidos no passado ou mesmo dos que venham a ser recebidos no futuro, por decisão administrativa ou judicial, como no caso do artigo 14, parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º (MP 304) e os artigos 27, parágrafos 3º e 4º, e 28, parágrafo 3º (MP 301), a SRH se comprometeu a analisar a questão. No caso da passagem do PCC para o PGPE, não há esse problema.

Substituição da expressão “criação de carreiras” por “reestruturação de carreira” – O objetivo é não correr o risco de ter que cumprir mais 15 anos na carreira para se aposentar. Sérgio Mendonça disse que não vê, a princípio, problemas. Porém, irá discutir o assunto com outras áreas do governo, para divulgar uma posição final.

Mudança dos critérios para a percepção das “gratificações de desempenho” pelos aposentados e pensionistas (MPs 301 e 304) – A SRH reconhece o uso indevido de duas redações distintas nos artigos 149 (MP 301) e 77 (MP 304) para um mesmo assunto e também que as redações nas duas MPs deveriam fazer referência à data em que os servidores implementaram as condições para a aposentadoria ou a fruição da pensão. A SRH ficou de aprofundar a análise para decidir se apóia a alteração dos textos.

Carreira de Tecnologia Militar – A SRH irá analisar a proposta de incluir os servidores administrativos e dos hospitais nessa carreira.

Incorporação das novas gratificações à aposentadoria – Boa parte dos servidores havia postergado sua aposentadoria na expectativa de melhorar a média de sua gratificação para efeito de incorporação na aposentadoria. Agora, foram fixados critérios diferentes. A SRH ficou de estudar a possibilidade de retornar o critério de percepção pela média dos últimos cinco anos.

Prazos para opção dos servidores ao PGPE – A SRH concordou com a necessidade de dilatar o prazo para a opção dos servidores do Plano de Classificação de Cargos para o PGPE. No entanto, essa alteração ocorrerá somente depois de 30.07, por meio de emenda à MP. A SRH se comprometeu a encaminhar ofício à Condsef tratando do assunto.

Conab: anistiados exigem reintegração já!

O Sindsep-DF foi pioneiro na luta pela reintegração dos servidores demitidos no governo Collor. Depois de muita luta, a anistia foi conquistada e já houve muitas reintegrações. Em maio, com a publicação da Portaria Conjunta nº 1, a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério

do Planejamento estabeleceu procedimentos para o retorno dos anistiados remanescentes aos seus respectivos órgãos, dentre eles 1.187 ex-servidores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

A própria Conab e o Ministério da Agricultura - ao qual ela é subordinada - cumpriram rapidamente o

que lhes cabia para reintegrar os servidores.

A reintegração passou a depender somente de um simples ato burocrático do Ministério do Planejamento. Cabe ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) criar as vagas para a inserção dos servidores no órgão e, à Secretaria de Or-

çamento Federal (SOF), disponibilizar os recursos orçamentários necessários.

No entanto, isso já faz 60 dias e até agora nada! Os anistiados cobram agilidade. Os servidores anistiados preparam ações para garantir o imediato cumprimento da portaria do próprio Planejamento que permite a reintegração já.

Mobilização da Cultura

Todos os servidores do Ministério da Cultura (MinC), Biblioteca Nacional/Demonstrativa, Funarte, Fundação Cultural Palmares e Iphan, estão convocados para acompanhar na Câmara Federal, no dia 06 de setembro, o primeiro encontro da Comissão de Educação e Cultura, após o envio da Lei Orçamentária Anual de 2007 ao Congresso (31 de agosto). O objetivo é cobrar dos parlamentares a elaboração e o encaminhamento de emenda que assegure na LOA os recursos necessários à implantação do Plano Especial de Cargos. Enquanto isso, os servidores cobram o envio do projeto do Plano à Casa Civil, atualmente parado na Coordenação de Planos de Carreira do Ministério do Planejamento.



Servidores entregam abaixo-assinado na Câmara, dia 12.07

Servidores da Justiça discutem MP 304



Em assembléia no Ministério da Justiça (foto), na terça-feira, dia 18.07, o Sindsep-DF esclareceu aos servidores do MJ enquadrados no Plano de Classificação de Cargos (PCC) as conseqüências da Medida Provisória 304, editada pelo governo federal, em 30.06. O sindicato também falou sobre as emendas propostas à MP e encaminhadas ao Congresso Nacional. Participaram 66 servidores do MJ que estão se engajando na mobilização pela aprovação das emendas.

Vitória dos trabalhadores da AGU

O Sindsep-DF conseguiu cancelar o corte do ponto dos servidores da Advocacia-Geral da União (AGU). A ordem para cortar o ponto partiu de um coordenador da Procuradoria Regional da União (PRU) e restringia-se aos servidores desse setor que participaram do Dia Nacional de Paralisação, em 17.05, e da marcha na Esplanada dos Ministérios, seguida de Plenária Nacional, no dia 01.06.

Os servidores denunciaram a arbitrariedade à direção do Sindsep-DF que, imediatamente, buscou negociar com a Secretaria-Geral da AGU e com o próprio coordenador da PRU. O corte do ponto foi susgado em cima da hora, pois o CRH do órgão já se preparava para efetivá-lo na folha.

Atendimento do Sindsep na Esplanada

O Sindsep-DF mantém um posto avançado na Esplanada dos Ministérios. O atendimento aos servidores filiados ao sindicato acontece nas seções sindicais do Ministério do Planejamento, sempre das 10h às 11h, às terças-feiras no bloco K, e às quartas-feiras, no bloco C. Além de consultas jurídicas com os advogados do sindicato, os filiados podem obter orientações para seus encaminhamentos e tirar dúvidas. Os servidores ainda não filiados também podem ir ao local dar entrada na sua documentação.

Ações

28,86% e

3,17%

O Sindsep-DF solicita que os filiados citados abaixo entrem urgentemente em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos para providenciarem a documentação necessária à execução de sentenças (recebimento) das ações de 28,86% e 3,17%. Os telefones são: (61) 3212-1925, 3212-1926, 3212-1927, 3212-1928, 3212-1956.

28,86%

- Abel Cunha
- Villet Nelson Luís
- Ana Maria Figueredo Aguiar
- Arthur Manoel Aguieros
- Cleusélia Figueredo Soares de Oliveira
- Divino Lúcio da Silva
- Gonçalo Rodrigues de Medeiros
- Raimundo Nonato Martins
- Sebastião da Silva Freitas

3,17%

- Anezia Farias da Cruz
- Antônio Eliaci de Souza Silva
- Armedio Ferreira Lima
- Cícero de Melo Lima
- Creuza Antônio de Oliveira
- Dino de Aguiar Queiroz
- Durval Vieira da Silva
- Evilasio Mateus Pequeno
- Francisco André de Souza
- Francisco César Matias
- Luzia Pimenta Barcelos de Oliveira
- Luzia Vieira de Oliveira
- Maria Luiza Pereira Viegas
- Ovídio Carvalho Pires
- Salomão Alves Costa
- Sérgio Vidal Chamon
- Wagner Rodrigues da Silva.



Eliminatória - 18.08

- 18h30, auditório do Sindsep-DF

Final - 25.08 - 18h30 - auditório do Sindsep-DF

Música classificada

América (Lina Rehem/Fenelo Lama/Carlos Nayale - Bacen)

Confira a lista de todas as classificadas em nosso sítio na Internet.

SINDSEP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP/DF - Fone: 3212-1900. **Redação:** Edison Cardoni, Giselle do Valle, Ulka Andrade, Roberto Dantas, Jane de Alencar e Solange Nunes. **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Ciselle do Valle DF2361JP - **Fotos:** MI Management - **Projeto Gráfico e Diagramação:** Ronaldo Alves DF0207DG - **Tragem:** 16.000 - **Impressão:** Red Graf